

# **Arquitetura Moderna em São José dos Campos: a representação de uma identidade.**

**Tatiana Macedo Otta**

graduando -curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense  
[Tatiotta@hotmail.com](mailto:Tatiotta@hotmail.com); [otta@directnet.com.br](mailto:otta@directnet.com.br)

Este trabalho é um apelo à consciência de toda uma geração de Arquitetos atuantes em São José dos Campos. Próspera cidade média do Estado de São Paulo, situada no Vale do Paraíba, cortada pela Rodovia Presidente Dutra no eixo São Paulo - Rio de Janeiro.

Trata-se especificamente, da arquitetura Moderna produzida na cidade - por grandes arquitetos como Oscar Niemeyer, Carlos Barjás Millan, Rino Levi, além de José Zanine Caldas e do paisagista Roberto Burle Marx - e das articulações necessárias à sua conservação e requalificação. Pesquisa-se o meio urbano do Município e suas principais mudanças de uso, que contribuíram para a descaracterização de edifícios que fazem parte do patrimônio histórico local.

É intenção do trabalho, além de valorizar a arquitetura moderna da cidade, despertar a consciência de que a Arquitetura e o Urbanismo são relatos da manifestação cultural e social da cidade. Portanto, aponta-se a importância tanto na preservação da memória do Município através da conservação dos bens, quanto no cuidado com a formação de um futuro que inexoravelmente virá a ser memória, contribuindo para a afirmação da identidade cultural local.

**Palavras-chave:** memória, requalificação, sustentabilidade.

This research is an appeal to the conscience off all architects of São José dos Campos. Prosperous median city of São Paulo State.

It is about the modern Architecture produced in this city – by great architects as Oscar Niemeyer, Carlos Barjás Millan, Rino Levi, besides José Zanine Caldas and Roberto Burle Marx- and the necessarie articulation for your maintenance and valorization.

The research is about the district's urban enviroment and its meaningful changes of use that contributes for the lost of its peculiarities- which are a part of the local's heritage buildings.

It is this works intention, besides the appreciation of the town's modern architecture , to aware the concience that architecture and urbanism are reported to the social and cultural production of the city.

Meanwhile, even the importance of engaging in building preservation activities, than a commitment in rising a future that necessarily will become memory, will contribute to affirm the town's cultural identity.

## **Introdução**

A respeito da memória, que se transforma em história com o passar do tempo, Edson Mahfuz esclarece da seguinte forma:

*“A história não deve ser confundida com o passado, pois é uma construção sempre contemporânea baseada em uma dialética entre passado e presente, e orientada pelo interesse de quem a produz”.*<sup>1</sup>

Talvez o maior legado deixado por grandes arquitetos que atuaram na cidade de São José dos Campos entre as décadas de 1950 e 1960, além da própria obra, seja a difusão de um “pensar a Arquitetura”, legado este que foi sendo apropriado por outros arquitetos, de formação posterior, vindos para a cidade atraídos pelo desenvolvimento local. Esta prática de “pensar a Arquitetura”, que entrou em declínio com a suposta “falência” da Arquitetura Moderna, a partir do final dos anos 70, deu lugar a uma Arquitetura para a classe média alta, caracterizada por elementos estilísticos inseridos fora de um contexto temporal.

Atualmente há um esforço do Poder Público Municipal, através do Departamento de Patrimônio Histórico -DPH- quanto à recuperação e à revitalização dos bens preservados do Município de São José dos Campos. Há um esforço em envolver a sociedade na preservação dos bens históricos, através da implementação de programas de “educação patrimonial”, e o levantamento (ainda em estudo preliminar) de um inventário do patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do município.

É baseado neste registro da Arquitetura Moderna em São José dos Campos que este trabalho se desenvolve. Através da análise atualizada das principais modificações ocorridas nos bens arquitetônicos, catalogados no livro *Arquitetura Moderna em São José dos Campos*<sup>2</sup> e nos inventários disponibilizados pelo DHP, pode ser verificado o descaso com o passado recente. Muito pouco foi resguardado da arquitetura moderna e, principalmente, a arquitetura em produção nos últimos 30 anos não caracteriza uma evolução das bases projetuais.

A arquitetura Moderna foi o estilo arquitetônico a representar os ideais de evolução econômica e social almejados pela cidade com os adventos da industrialização. A retomada conceitual da Arquitetura das décadas de 1950 e 1960, objetivando sua evolução com base na melhoria da qualidade de vida do cidadão joseense, é um forte caminho para consolidar a identidade de desenvolvimento que caracteriza o município, no que diz respeito aos aspectos científico e tecnológico, recuperando assim o ideário progressista contido na arquitetura daquele período.

## **Um breve histórico da evolução urbana do município de São José dos**

### **Campos:**

Desde a sua fundação em 27 de julho de 1767 pelos brancos e Índios quando foi nomeada “Vila de São José do Paraíba”, a cidade teve quatro ciclos de desenvolvimento que influenciaram na sua conformação urbana atual. O ciclo do café, ciclo do algodão, a fase sanatorial e o ciclo do desenvolvimento industrial.

Foi com a produção agrária que a cidade se posicionou inicialmente com destaque nacional consolidando-se como produtora de café, produção mantida até 1930 quando o ciclo cafeeiro declinou em todo país, e também como maior produtor algodoeiro da província. O ciclo do algodão é considerado por historiadores como o primeiro grande ciclo, quando o Município se destacou abastecendo indústrias inglesas de tecido.

Em 22 de Abril de 1864, a Vila é elevada à categoria de cidade e em 1871 recebe a denominação de “São José dos Campos”, devido à imensa extensão de campinas em seu território. Contava-se com uma população de 12.998 habitantes, incluindo 1.245 escravos.

A passagem da estrada de ferro central do Brasil pelo centro urbano da cidade, em 1876, impulsionou, ao mesmo tempo em que consolidou, o desenvolvimento urbano e econômico da região, ligando esta, definitivamente, ao eixo Rio –São Paulo. Fator determinante das características sociais e econômicas atuais.

O início do século XX marcou a evolução urbana de São José, a partir do crescente afluxo de pessoas em busca de tratamento para a tuberculose. Pelo clima favorável à profilaxia de doenças, o Município é transformado, em 1935, em “Estância Climatérica” e “Estância Hidromineral”, pelo Decreto Estadual n.º 7.007, de 12 de março, e pela Lei Orgânica dos Municípios n.º 2.484 de 16 de novembro, respectivamente. Passa a receber do governo federal o “seguro obrigatório contra a tuberculose”<sup>3</sup>, podendo assim se adequar no controle da epidemia. Os investimentos em infra-estrutura providos pelo governo federal determinariam dali a dez anos a escolha do Município para a implantação de um parque industrial.

O fator clima e tratamento de doenças foi determinante na arquitetura construída para fins sanitários influenciando a tipologia construtiva na região. Apesar de estigmatizado como local para doentes, o grande afluxo de familiares de doentes foi determinante para a transição de cidade de Estância para cidade Industrial, pois grandes investimentos em infra-estrutura e equipamentos urbanos haviam sido feitos no período Sanatorial. Paralelamente ocorrem os primeiros avanços na industrialização, representados pelas indústrias cerâmicas, olarias e tecelagens, que buscavam alternativas para as atividades econômicas em declínio (café e algodão)-características que marcaram a 1ª fase industrial.

Foi com a segunda fase industrial (1940-1970) que a cidade passa por grandes transformações no seu sistema urbano e, conseqüentemente, na sua característica industrial atual.

O final da década de 1940 é marcado por um “*plano de reerguimento econômico*” do Vale do Paraíba, projeto intitulado como “*Aspectos do Vale do Paraíba e de seu reerguimento no Governo Adhemar de Barros*”. O enfoque era o desenvolvimento sócio-econômico, destacando-se a instalação do Centro Técnico Aeroespacial-C.T.A, em 1947, inspirado em modelo norte americano e a passagem da Rodovia “Eurico Gaspar Dutra”, inaugurada em 19 de janeiro de 1951.

O advento da Rodovia que encurtava o percurso entre Rio de Janeiro - São Paulo, e o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas, possibilitaram a intensidade da industrialização nas décadas de 1960/1970, com a implantação de indústrias de grande porte ocupando grandes áreas de expansão urbana, ao longo da Via Dutra.

A arquitetura Moderna representava para os governantes “*uma ideologia compatível com o ideário modernizante do capitalismo internacional*”<sup>4</sup>. Para os industriais nacionais e principalmente as multinacionais, a localização no eixo Rio / São Paulo, que denotava facilidade de escoamento da produção, os incentivos fiscais e a disponibilidade de grandes áreas livres eram considerados fatores positivos para o cenário capitalista industrial.

Os avanços acelerados na industrialização trazem benefícios para a cidade como melhorias na infra-estrutura e o aprimoramento da Educação na formação de mão-de-obra especializada. Já na década de 1970 os avanços das pesquisas científicas e a formação de mão-de-obra qualificada, viabilizam a implantação das empresas nacionais de base tecnológica, concentrando-se nos ramos aeroespacial, bélico e eletrônico, sendo consumidores de tecnologia de ponta de informática, eletro-óptica, eletroacústica, mecânica fina, entre outros.

### **Arquitetura Moderna e o desenvolvimento urbano de São José dos Campos**

O objetivo da pesquisa histórica do desenvolvimento urbano da cidade é ter base para entender como a relação entre o meio e o espaço eram pensados e utilizados quanto às tipologias construtivas.

A fase sanatorial é marcada em São José dos Campos pela sua principal obra, o Sanatório Vicentina Aranha. Projetado em 1924 pelo Arquiteto paulista Ramos de Azevedo tem como características marcantes, que o aproximam do desenvolvimento do modernismo, a setorização dos espaços construídos, e a relação entre a forma e a função. O projeto é setorizado em alas para cura, pavilhões de tratamento e passadiços onde a implantação dos edifícios é norteadada pelo conforto ambiental. A forma do edifício passa a ser um fator de cura-“cura pelo ar puro”- influenciando plenamente no tratamento de doenças respiratórias.

*“Em termos arquitetônicos é uma referência das primeiras manifestações da modernidade no Vale do Paraíba, sendo protegido como patrimônio histórico estadual pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT”.*<sup>5</sup> A infra-estrutura sanatorial passa a ser desativada nos anos de 1940. .<sup>6</sup>



Figura 1  
Sanatório Vicentina Aranha

A partir dos anos de 1940 a Arquitetura Moderna Brasileira ultrapassa os limites da arquitetura feita pelo Estado para uma arquitetura produzida pelo setor privado. Para adequar-se ao nosso clima, os programas de residências, escolas, e fábricas foram pensados sob a ótica das condições climáticas e do conforto térmico dos usuários, além dos aspectos sociais, ligando o urbanismo à arquitetura. Neste contexto começaram a ser formadas as principais características urbanas e arquitetônicas de São José dos Campos.

A sociedade reconhecia o trabalho do arquiteto. Tanto para o projeto de fábricas como para o de residências, a nova sociedade buscava nos arquitetos de São Paulo e do Rio de Janeiro construir seu lugar no futuro.

Dois complexos arquitetônicos e paisagísticos marcam a evolução industrial e conseqüentemente a produção da Arquitetura Moderna da cidade. Da primeira fase industrial inicia-se a construção da área do Complexo Tecelagem Paraíba e Fazenda Santana do Rio Abaixo, hoje denominada “Parque da Cidade – Roberto Burle Marx.” Este elemento urbano é considerado patrimônio arquitetônico, ambiental e paisagístico. Além da história marcante para o desenvolvimento da primeira fase industrial da cidade e da qualidade das edificações e dos espaços contidos nesta área, é reconhecido também pela vasta área verde, além do fato de que todo seu potencial estar situado na cidade, compondo uma paisagem extremamente rica e bucólica, incrustada no meio urbano.



Figura 2- Paisagismo de Burle Marx para a área da residência Olivo Gomes.

O complexo da Tecelagem Parahyba é o conjunto de obras projetadas para a Família Gomes, dona das fábricas de tecidos e fiação de lã inaugurada em 1927, destacando-se em 1940 com uma produção anual de 4 milhões de cobertores. Nos anos de 1950 e 1960, a fábrica passou por uma grande expansão controlando cerca de 70% do mercado nacional e na década de 1970, passando a exportar seus produtos para diversos países. Desta fase (1950 a 1970) constam as construções do complexo da Usina de Leite e da ala residencial da família -projetados por Rino Levi, com painéis e paisagismo de Roberto Burle Marx -e de novos galpões fabris. No final da década de 1970, essa empresa entrou em crise financeira, levando a uma concordata em 1983. Em 1993 parte de seus bens foram entregues para o governo do Estado e para a Prefeitura Municipal local. Atualmente, estas áreas estão sendo utilizadas pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Parque da Cidade e órgãos Municipais e Estaduais. O Complexo da Tecelagem foi preservado pelo Conselho municipal de preservação do Patrimônio Histórico Artístico Turístico Local-COMPHAC em janeiro de 2004.

No final da década de 1940 os filhos de Olivo Gomes convidam colegas da Universidade Mackenzie para executarem projetos “modernos “ para as fazendas da família. Entre os estudantes de Arquitetura se encontravam Carlos Millán, Sidney Fonseca e Luiz Roberto Franco. A primeira obra a ser construída foi a Escola para filhos de operários, em 1951, já representando a relação social entre a empresa e seus empregados que tornou-se característica dos empreendimentos fabris da família Gomes. No mesmo ano foi desenvolvido pelo grupo o projeto de um conjunto de residências para gerentes da Tecelagem, que acabou resumindo-se a apenas um exemplar construído. Os dois primeiros projetos executados pelo grupo marcam a ruptura com a tipologia construtiva antes utilizada nas fábricas, de influência da Arquitetura industrial Européia do início do século.



Figura 3



Figura 4

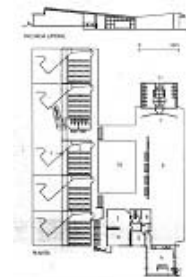


Figura 5 <sup>1</sup>

Para a construção da sede da fazenda onde a família Gomes se estabeleceria foi convidado o escritório do Arquiteto Rino Levi, em qual participava Roberto Cerqueira César. Para o paisagismo estabeleceram uma relação de amizade e trabalho com o paisagista Roberto

---

<sup>1</sup>Figura 3, 4 e 5 - Escola para filhos de Operários- Complexo Tecelagem Parahyba data de projeto-1951  
Carlos Millán, L.R.Carvalho Franco e Sidney Fonseca- Grau de proteção existente- Nenhum

Burle Max. A parceria entre Burle Max, Rino Levi e Olivo Gomes resultou em um importante acervo para a cidade.

Ao longo de vinte anos Rino Levi difundiu em São José dos Campos uma arquitetura moderna sem rupturas com a cultura local, utilizando o apuramento da técnica e os avanços tecnológicos a serviço do bem estar dos usuários. Como característica primordial de seus projetos tem-se a busca pelo conforto térmico, acústico e visual.



Figura 6



Figura 7<sup>II</sup>



Figura 8<sup>III</sup>



Figura 9



Figura 10<sup>IV</sup>

Como marco da segunda fase industrial, a escolha do Município como base para a implantação do Centro Tecnológico da Aeronáutica marcou e modificou profundamente as características da cidade.

O C.T.A foi criado pelo governo no final da década de 40 para ser um Centro de formação de técnicos e engenheiros aeronáuticos, gerando assim uma indústria nacional de aviação impulsionada pelo fim da segunda guerra mundial. O escritório do Arquiteto Oscar Niemeyer foi o vencedor do concurso para o desenvolvimento do projeto deste centro<sup>7</sup>. Na análise da proposta apresentada por Oscar Niemeyer, a comissão assinalou como vantagens do anteprojeto a simplicidade de arruamento e ligações bem estudadas com a cidade, Zona recreativa dimensionada para atender tanto ao CTA quanto à cidade de São José dos Campos, além da qualidade dos edifícios projetados, tanto residenciais quanto institucionais,

<sup>II</sup> Figura 6 e 7- Residência Olivo Gomes – “Sede da Fazenda” -(1949) - Rino Levi A. Associados, paisagismo e murais Roberto Burle Marx. - Grau de proteção existente- Processo n-37352/98 – Condephaat

<sup>III</sup> Figura 8 - Galpão para Maquinas (1957- Rino Levi Arquitetos Associados. Grau de proteção existente- nenhum- Em proposta pelo município-Uso atual- desativado

<sup>IV</sup> Figura 9 e 10-Usina de Leite Parahyba(1963)- Rino Levi Arquitetos Associados. Grau de proteção existente- nenhum. Em proposta pelo município- Uso atual- desativado.

dotados de iluminação e ventilação naturais. Os projetos eram caracterizados ainda pela simplicidade e lógica da composição.

Sobre esse mesmo projeto, Niemeyer, mesmo dizendo que o concurso foi um “projeto fantástico”, declarou também: (trata-se de) “uma obra feita pela metade,(que) está prejudicada,(e) não tem interesse nenhum para mim...”<sup>8</sup>

A vinda do CTA para a cidade teve um enorme impacto na vida da sociedade local, pois trouxe centenas de professores do exterior e muitos alunos de todo o Brasil, incrementando positivamente a cultura social da cidade.

Do complexo arquitetônico existente, apenas foram acrescentados novos edifícios, não contemplados no projeto original. Apesar das disparidades quanto à qualidade de projetos mais recentes, principalmente no que concerne às novas edificações destinadas a moradia, as edificações modernistas permanecem preservadas e em uso, sem sofrerem grandes alterações. A que se destacar por último, que o acervo arquitetônico do CTA não pode ser contemplado em sua totalidade, por se tratar de área militar, uma vez que o acesso é restrito, e não podendo sofrer ações de preservação por parte da municipalidade.

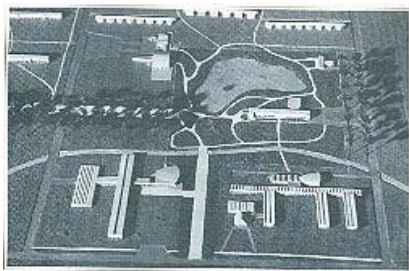


Figura 11<sup>V</sup>



Figura 12<sup>VI</sup>



Figura 13<sup>VII</sup>

O acervo arquitetônico que estava sendo construído com o projeto do Centro Tecnológico Aeronáutico, os projetos para a família Gomes, e a fundação de uma faculdade de Arquitetura<sup>9</sup> (que se diferenciava pelos métodos de ensino e conceituação teórica), trouxeram para a cidade muitos profissionais e estudantes de Arquitetura.

A identidade cultural da cidade era construída ao passo que também se trabalhava e se discutia a Arquitetura e o Urbanismo. De fato até o final da década de 1970 foram produzidas mais de 50 obras modernistas<sup>10</sup> (significativas ou não), mas que caracterizavam a cidade como pólo de crescimento industrial do interior do estado de São Paulo.

<sup>V</sup> Figura 11 - Instituto tecnológico de Aeronáutica .Oscar Niemeyer- 1947

<sup>VI</sup> Figura 12 - Unidade residencial.Oscar Niemeyer-1947

<sup>VII</sup> Figura 13 - Capela CTA. Oscar Niemeyer e Rosendo Santos Mourão-1958

## Arquitetura Moderna em São Jose dos Campos: de símbolo do ideal progressista ao esquecimento

*“...o sucesso da nova arquitetura perpassava regiões e camadas sociais. As elites aderiram as novas formas, assim como leigos e mestres de obras, na periferia de cidades e no interior de todo país, fizeram proliferar alegres cópias de um modernismo estilizado.” (2002, Lauro Cavalcanti)*

Na última década o Município da São José dos Campos passou por grandes transformações, acrescentando à característica de destacado centro industrial, a de centro regional de prestação de serviços. Como consequência viu alterada sua configuração urbana, tendo bairros antes residenciais transformados em sub-centros comerciais e de serviços. É real o fato de que inúmeras edificações foram descaracterizadas para se adaptarem a pequenos comércios e clínicas, quando não demolidas para a construção de prédios comerciais e residenciais.



Figura 14<sup>VIII</sup>



Figura 15<sup>IX</sup>



Figura 16



Figura 17<sup>X</sup>



Figura 18



Figura 19



Figura 20



Figura 21

A interação do projeto com os recursos naturais, com seu entorno e com a procura de uma evolução na Arquitetura, objetivando a qualidade do espaço a ser ocupado, não é reconhecida significativamente nas edificações atuais. O modo de projetar e ver o projeto mudou. Pode-se observar que pouco há da preocupação com o partido arquitetônico ou da interação com recursos naturais e o entorno.

Não se reconhece atualmente uma evolução, no sentido de que tenhamos avançado na produção de uma arquitetura de qualidades tecnológicas e conceituais como a produzida no Município em um passado recente.

<sup>VIII</sup> Figura 14 e 18 - Luis Erasm de Moreira- 1965 - Uso atual- estacionamento

<sup>IX</sup> Figura 15, 16, 19 e 20 Willi Pecher- 1971- Uso Atual- curso de Linguas

<sup>X</sup> Figura 17 e 21 - Willi Pecher- 1968 - Uso atual- sem uso

A adequação da Arquitetura e do Urbanismo ao meio em que estão inseridos e a tradição local de Arquitetura de boa qualidade, estão presentes, por exemplo, nas contribuições da parceria entre o paisagista Roberto Burle Marx e o Arquiteto Rino Levi.

Excetuando-se o Centro Tecnológico da Aeronáutica e o rico complexo da Tecelagem Parahyba, atual Parque da cidade, no caso de São José dos Campos as edificações modernas estudadas não podem ser caracterizadas como expoentes excepcionais da Arquitetura Moderna Paulista, mas são expressivas pela continuidade dos ensinamentos e princípios deixados para as gerações posteriores. Esses princípios foram deixados pela atividade de grandes Arquitetos como Oscar Niemeyer, Carlos Barjás Millan, Rino Levi e Rosendo Santos Mourão, Luis Erasmo de Moreira, além de José Zanine Caldas e do paisagista Roberto Burle Marx.

Tão relevante quanto a perda do “objeto edificado” que acontece quando esse é descaracterizado ou derrubado, é a perda dos princípios e ensinamentos deixados pelos mestres, quanto à qualidade das construções. Aponta-se que estas edificações deixaram de ser demonstrações práticas de princípios, para se submeterem aos apelos da especulação imobiliária.

Com base na hipótese de que, quando não paradigmática, a Arquitetura busca sempre por uma base conceitual, percebemos que no caso de São José dos Campos, esta base foi consolidada, também, por edificações residenciais despretensiosas no sentido de monumentalidade, porém significativas no que diz respeito ao atendimento de programas arquitetônicos diversos tais como: residências, escolas, fábricas e etc...

A ordem natural era a de que os jovens arquitetos que estavam se formando na Faculdade local, sob influências modernistas, fossem a geração responsável pela disseminação deste modo de pensar a Arquitetura, promovendo e produzindo a cidade. Infelizmente, o governo militar, considerando os métodos de ensino nocivo ao regime implantado, não permitiu que se formasse nenhuma classe de estudantes determinando o fechamento do curso em 1974. A partir de então vemos que pouco se fez para consolidar uma arquitetura de qualidade que não correspondesse exclusivamente à especulação imobiliária.

Citando o Arquiteto joesense Ricardo Veiga: *“Foi dado, erroneamente, como verdade o esgotamento da arquitetura moderna, passando a dar lugar a uma arquitetura atemporal vendida como neocolonial para a classe média alta a partir da década de 70”<sup>11</sup>.*

## **Os esforços para a (re) criação de uma identidade**

*“...em vez de obstáculos a superar e esquecer, o contraponto entre tradição e inovação apresenta-se como base e trama de uma dialética de grande interesse e potência criativa e absolutamente atual...” (2002, Ruth Verde Zein)*

A população de São José pode ser caracterizada pela diversidade de origens devido aos grandes fluxos populacionais. O setor industrial e mais recentemente o setor de serviços atraem populações nacionais e internacionais que vem a trabalho e ficam por um período, muitas vezes, superiores a 20 anos. O sentimento predominante é de desapego da população com o lugar, e conseqüentemente com sua história e origem. Esse processo vem sendo revertido com o surgimento de uma geração de joseenses, filhos de “forasteiros” que crescem e permanecem na cidade.

O Departamento de Patrimônio Histórico<sup>12</sup> tem diversificado os programas culturais e sociais para aproximar a população da memória da cidade através da preservação de bens históricos. Na contramão desse processo, os esforços para a preservação da Arquitetura Moderna não superam as pressões do mercado imobiliário, que se encontra quase totalmente descaracterizada quando não já destruída.

Se considerarmos que criamos maior intimidade com algo que podemos vivenciar, entende-se que, em São José é com a Arquitetura Moderna que se estabeleceria mais facilmente uma identificação da pessoa com o lugar.

A Legislação Municipal não protege o bem até que o processo esteja aprovado na Câmara de Vereadores. Muito trabalho já se esvaiu durante longos anos de espera, como no caso da residência Sebastião Pontes (1955), de Francisco Vitor Palmas e Zanine Caldas. Durante o processo de preservação, a residência foi demolida, sem um alvará da Prefeitura, em um sábado de feriado, impossibilitando a ação legal contra a demolição. Assim como também foi totalmente descaracterizada a residência Nicanor Camargo Neves, projeto de José de Campos de Almeida e Luciano Salgado(1957), no último feriado de Páscoa, para dar lugar a uma sapataria. Apesar de ilegais, por não possuírem autorização da Prefeitura Municipal, os trabalhos de demolição e descaracterização de edifícios modernistas acontecem em fins de semana ou dias de feriado impedindo assim uma ação de fiscalização e inibição do processo.



Figura 22



Figura 23<sup>XI</sup>



Figura 24



Figura 25<sup>XII</sup>

<sup>XI</sup> Figura 22 e 23- Residência Sebastião Pontes- Francisco Vitor Palma e José Zanine Caldas-1959. Intervenção- Demolida

<sup>XII</sup> Figura 24 e 25-Residência Nicanor Camargo Neves- José de Campos A. e Luciano Salgado-1957. Intervenção- Demolição parcial.

Nos dois exemplos apresentados os imóveis estão localizados em áreas de grande interesse de investimento imobiliário. A primeira, localizada no bairro residencial denominado Esplanada deu lugar a futura área de lazer de um edifício residencial. Já a segunda, localizada no centro da cidade em uma área de forte vocação comercial, demonstra, assim como em muitos outros casos, a ignorância do valor agregado pelas qualidades arquitetônicas e históricas desse patrimônio. O proprietário para se “proteger” de um suposto “congelamento” de seu imóvel acaba por optar pela descaracterização, sem qualquer preocupação estética.

Soa até banal acusar o mercado imobiliário de corromper a Arquitetura. São claras as pressões sofridas pelos donos de residências que vêm seus terrenos valorizarem brutalmente quando localizados em áreas nobres da cidade. Mas pouco se percebe de uma consciência profissional por parte dos Arquitetos, e tampouco consciência cultural pela maior parte da população residente em São José dos Campos.



Figura 26



Figura 27<sup>XIII</sup>



Figura 28



Figura 29<sup>XIV</sup>

As diretrizes de atuação para a preservação da Arquitetura Moderna joseense só teriam propósito tendo-se a consciência de que são partes de um processo de revitalização e requalificação urbana, que necessitam da participação da comunidade, principalmente dos segmentos de maior poder econômico.

Menciona-se como exemplo duas experiências bem sucedidas de políticas públicas que se caracterizam pela participação e cooperação da comunidade: O projeto Corredor Cultural no Rio de Janeiro e a revitalização de parte do centro comercial de São Jose dos Campos.

Em São José dos Campos essa iniciativa de revitalização foi intitulada *“Instrumento de Gestão Urbana: a parceria público/privado no processo de revitalização do centro tradicional do Município de SJC”*<sup>13</sup> (resultou em trabalhos de requalificação do centro comercial através do projeto de nova identidade visual urbana). Aos proprietários dos imóveis localizados na área de intervenção coube adequar as fachadas, para as quais foram formuladas, pela Prefeitura, propostas de reformas.

<sup>XIII</sup> Figura 26 - Casa do médico- Associação Paulista de Medicina. Rosendo Santos Mourão- 1965.

Figura 27- intervenções- reforma e acréscimo. Ricardo Veiga.

<sup>XIV</sup> Figura 28- Capela N. S. Imaculada Conceição. Ricardo Veiga- 1974

Figura 29- uso atual- anexo da secretaria de esportes

Em uma maior escala de atuação, a Prefeitura do Rio de Janeiro, com a aprovação da lei nº 506 de 17/01/84, reconhece o corredor cultural no centro do Rio de Janeiro como Zona Especial do Centro Histórico. A participação da comunidade foi de primordial importância nos processos de planejamento, execução e manutenção do projeto, uma vez que é de responsabilidade do proprietário preservar sua edificação. Esse processo resultou na preservação de cerca de 1300 edificações, e o resgate de referências culturais, sociais e arquitetônicas. A parceria entre o governo e a população se estendeu para além da fase de projeto. Através do Escritório Técnico do Corredor Cultural/RIOARTE, o Município oferece orientação permanente aos responsáveis pelos imóveis abrangidos pela referida lei.

No caso em estudo – as edificações que representam a Arquitetura Moderna em SJC – o processo de requalificação e preservação dos edifícios também necessita da adesão da comunidade, pois um grande número de edificações pode ser caracterizado como não representativas, quando analisadas isoladamente. Acontece, porém, que o conjunto produzido por Arquitetos Modernistas, (entremeado por estas outras edificações), com importância reconhecida para a Arquitetura Brasileira, constitui o mais expressivo Patrimônio Histórico e Cultural da cidade, formado em um período de importante desenvolvimento de sua identidade social.

Antes de inspirar qualquer iniciativa preservacionista, é inevitável antever as mudanças de uso dos imóveis e, portanto a adequação da leitura arquitetônica às novas atividades e funções. Propõe-se nesse sentido uma análise das parcerias, responsabilidades e objetivos da gestão do Patrimônio, numa tentativa de conscientização da importância da preservação da memória local.

Para haver uma real adesão da comunidade, esta precisa primeiro ser incentivada a se interessar pela história local. A valorização cultural dessa Arquitetura pode acontecer com a concepção de programas culturais que difundam sua importância para a sociedade, não só voltados para as crianças, como vem sendo feito, mas também para a classe que detém o poder de decisão sobre esses bens. Uma vez tendo os bens edificados valorizados culturalmente, a sociedade poderá entender seu valor histórico e assim assumir sua responsabilidade na municipalidade.

Considerando-se que o DPH já possui vasto material de identificação dessa arquitetura-a título de estudo preliminar -e deverá se ocupar com o desenvolvimento dos trabalhos técnicos -cabe ao Comphan orientar os proprietários dos imóveis abrangidos pelo programa na manutenção dos mesmos, até a disponibilização dos projetos.

Os trabalhos que envolvem atualmente os conselheiros do Comphan restringem-se a uma reunião mensal onde definem metas de atuação, e delegam trabalhos, baseados no parecer técnico do DPH<sup>14</sup>. Por se tratar de um grupo expressivo da sociedade local, com a

participação de profissionais de áreas técnicas diversas, sua potencialidade deve ser melhor explorada, com a real adesão de todos os participantes em tarefas tais como: desmistificar o processo de preservação- ter um imóvel representativo da cultura local significa possuir um bem importante para história da cidade, e não que ele tenha perdido valor econômico; buscar parceria público/privada para a promoção e valorização cultural da História da Arquitetura com foco na Arquitetura Moderna; prestar assistência aos proprietários, locatários, e Arquitetos no que diz respeito à: alterações, acréscimos, reconstrução e aprovação de programação visual.

Com a sociedade trabalhando a favor da municipalidade torna-se responsabilidade desta: opinar na escolha das edificações; opinar na escolha do mobiliário urbano, responsável pela identidade visual que caracteriza a unidade do conjunto; auxiliar na fiscalização através de denúncias de irregularidades, seriam outras possibilidades de participação populacional.

Após definição do DPH a respeito de bens abrangidos por um programa de requalificação, revitalização ou proteção, caberia ao proprietário: adequar, reformar ou recuperar seu imóvel visando a manutenção das características arquitetônicas, de proteção, decorativas e artísticas das fachadas; o proprietário também deveria submeter à aprovação previa qualquer ação de construção ou reforma que altere a leitura global da arquitetura; se comercial ou de serviços, tem por sua vez que, atentar-se as regras da programação visual, para a colocação de letreiros, propagandas, iluminação entre outros, e principalmente, buscar auxílio de profissionais especializados – Arquitetos-, para o desenvolvimento de soluções adequadas.

Sendo as edificações partes de um meio urbano, tendo, portanto, no urbanismo sua expressividade como conjunto, podem ser caracterizadas como responsabilidade da Prefeitura Municipal as intervenções que facilitem a leitura das edificações e as valorizem: como a adequação da iluminação pública, a manutenção de vias, a colocação e manutenção de bancos, lixeiras e placas de identificação, propostos em projeto conjunto com o DPH.

Por último os meios de comunicação locais devem ser estimulados a se engajarem na implementação deste projeto, na perspectiva de conquistar maior alcance da população.

Trata-se de uma contribuição para a formulação de uma política de preservação do patrimônio arquitetônico modernista de São José dos Campos, que evidentemente poderá e deverá- ser objeto de discussões e aprofundamento com todos os agentes envolvidos.

## Considerações finais

*“Só se preserva o que se ama, só se ama o que se conhece.” (Brandi)*

São José dos Campos é formada por uma população que sempre que incentivada, mostra-se consciente do seu dever com o Município. O poder público, o munícipe e o profissional vêm a malha urbana de perspectivas diferentes. Longe de se oporem, as diversas relações com o espaço se completam. Se encarados com seriedade, os trabalhos de parceria entre setores público e privado, em prol da preservação de uma identidade local, podem levar a um processo positivo de desenvolvimento com sustentabilidade.

Ao se refletir sobre as ações públicas preservacionistas transparece que os processos relacionados à preservação e requalificação no Município sofrem com os atritos internos à política onde interesses particulares e /ou especulativos se sobressaem.

Contudo, acredita-se que, fortalecendo o reconhecimento desse patrimônio, através de uma política forte de incentivos à cultura, estaremos incentivando o vínculo emocional do cidadão joseense com as obras, e, conseqüentemente, ganhando parceiros na fiscalização e preservação do patrimônio arquitetônico e cultural da cidade.

São fundamentais a valorização e o apoio aos esforços do Departamento de Patrimônio Histórico e a capacitação de agentes multiplicadores dos conhecimentos históricos.

Neste trabalho, destacam-se dois exemplos de projeto de requalificação de parte do centro de São José dos Campos e do Corredor Cultural no Rio de Janeiro, que foram experiências locais que contribuíram para a valorização em vários aspectos- culturais, sociais e econômico.

A memória local é elemento mutante, e estamos hoje construindo o que será nossa memória urbana em um futuro próximo. O dever da municipalidade é, portanto, não apenas documentar a história, mas assumir sua constante mutação, permitindo que seja vivenciada plenamente e que assim, passemos a respeitá-la.

---

## Notas

<sup>1</sup> *Edson da Cunha Mahfuz*. Teoria, história e crítica, e a prática de projeto. Trabalho apresentado no Vº Encontro de Teoria e História da Arquitetura no Rio Grande do Sul, com o trabalho “Teoria, História e Crítica e seu papel no ensino de Projeto Arquitetônico”, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Ritter dos Reis, Porto Alegre, RS, out/2000.

<sup>2</sup> Penedo, Alexandre. “Arquitetura moderna São José dos Campos/ Alexandre Penedo- São José dos Campos,SP: A. Penedo,1997

<sup>3</sup> Otta, Ruth Maria Bonilha Macedo. “Turismo Urbano e desenvolvimento municipal: o caso de São José dos Campos.” Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba. 2001

---

<sup>4</sup> (RESCHILIAN,1996;211)

<sup>5</sup> disponível em [http:// www.fccr.org.br/comphac/index.htm](http://www.fccr.org.br/comphac/index.htm)> acesso em 21abril 2005

<sup>6</sup> Em 28 de agosto de 1996 foi preservado por lei municipal nº 4.928/96 através do COMPHAC, sendo preservados os edifícios e toda a área utilizada pelo sanatório Iniciou-se recentemente pelo DPH o processo de inventário do Sanatório Vicentina Aranha, estando o mesmo desativado.

<sup>7</sup> conforme boletim No6 da COCTA<sup>i</sup>, de 24 de março de 1947

<sup>8</sup> (NIEMEYER,1996 em PENNEDO,1997;48)

<sup>9</sup> A Faculdade de Arquitetura Elmano Ferreira Veloso, funcionou de 1971 a 1975.

<sup>10</sup> documentadas no livro arquitetura moderna em são Jose dos Campos.

<sup>11</sup> Corresponde a “neo colonial” as inúmeras residências projetadas nos Bairros Explanada do Sol I e II, caracterizadas pelo uso de estilemas. Tipo de construção que vem sendo reproduzida em larga escala até os dias de hoje dentro de inúmeros condomínios fechados.

<sup>12</sup> O DPH, responsável pela identificação, catalogação e preservação da memória arquitetônica e urbanística da cidade conta também com o apoio do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural- Comphac, órgão vinculado a Fundação Cultural Cassiano Ricardo - FCCR, responsável pela aplicação da Legislação de Patrimônio do município. Composto por representantes da sociedade civil e presidido pelo Presidente da FCCR, atua como um conselho consultivo sobre a política de patrimônio do município.

<sup>13</sup> Premiado no “Programa de Boas Práticas em Desenvolvimento Urbano”, do Ministério de Planejamento - Brasília, durante o ano de 1999, tendo sido também exposto na Bienal de Arquitetura de São Paulo, realizado em 2000

<sup>14</sup> Nas palavras de Sonia Di Maio, arquiteta do Departamento do Patrimônio Histórico de São José dos Campos.

## Bibliografia

RIOARTE; IPLANRIO, Instituto Municipal de Arte e Cultura (Rio de Janeiro, RJ). **Corredor cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985.

BITTENCOURT, Tania. **São José dos Campos – Arquitetura Sanatorial**. São José dos Campos, SP: TMMBittencourt, 1998.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MAHFUZ, Edson da Cunha. **Teoria, História e Crítica e seu papel no ensino de Projeto Arquitetônico**. Trabalho apresentado no Vº Encontro de Teoria e História da Arquitetura no Rio Grande do Sul. 2000. Disponível em < <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp202.asp>>

MASCARO, Cristiano (fotografias); BUENO, Alexei; CAVALCANTI, Lauro; TELLES, Augusto da Silva; LAGO, Pedro Corrêa do (coord.). **Patrimônio construído: as 100 mais belas edificações do Brasil**. São Paulo: Capivara, 2002.

CAVALCANTI, Lauro. **Quando o Brasil era Moderno: guia de Arquitetura 1928-1960**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

---

OTTA, Ruth Maria Bonilha Macedo. **Turismo Urbano e desenvolvimento municipal: o caso de São José dos Campos**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba. 2001

PENEDO, Alexandre. **Arquitetura moderna São José dos Campos**. São José dos Campos,SP: A. Penedo,1997.

RIOARTE; IPLANRIO, Instituto Municipal de Arte e Cultura (Rio de Janeiro, RJ). **Corredor cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985.

ZEVI,Bruno. **Saber ver a arquitetura**.São Paulo: Martins Fontes.1978.

## **Crédito Iconográfico**

### Arquivos pessoais

Malu Gomes ( 5 ); Maria Hedy Pontes- creditadas ao Hans flieg- (22); Wilson Ruiz (11)

### Arquivos e acervos particulares

Arquivo do C.T.A . (12); Casa do Médico(26); Escritório Rino Levi Arquitetos Associados (10, 17)

### Arquivos e acervos públicos

Acervo do Departamento de Patrimônio Histórico (2, 6, 7, 15, 16, 24); Acervo Municipal (1)

### Fotografias

Lucas L. Ruiz (13, 14); Ricardo Veiga (27, 28); Sonia Di Maio (3, 4, 8); Tatiana Macedo Otta (9, 18-21, 23, 25, 29).